



Concurso Público para provimento de cargos de
Oficial de Justiça Avaliador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'V', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
 - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
 - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.

3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
 - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
 - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.

5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
 - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.

6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (D) Afirmo, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
 - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se (**importa**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) *Em deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



<p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p>
<p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p>	<p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p>
<p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p>	<p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p>



<p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p>	<p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p>
<p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p>	<p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p>	<p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p>
<p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p>	<p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p>	
<p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p>	<p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Quanto a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é INCORRETO afirmar:

- (A) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (B) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras, fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (C) Os Ministros do Tribunal de Contas da União, em número de sete, serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, e dois terços pelo Senado Federal.
- (D) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.
- (E) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

32. Quanto a Administração Pública, considere as assertivas abaixo.

- I. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- II. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- III. É garantida, em qualquer hipótese, a vinculação e a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- IV. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidores públicos civis ativos ou inativos, inclusive o estatutário, serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- V. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

33. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido, nos termos da Constituição Federal, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, além de outras:

- (A) julgar as contas dos administradores responsáveis por dinheiros e serviços públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações e sociedades mantidas pelo Poder Público Federal.
- (B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- (C) fiscalizar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, exclusivamente na administração direta, especialmente as nomeações para cargo de provimento em comissão e as concessões de pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (D) tomar as contas nacionais e internacionais das empresas supranacionais de cujo capital acionário a União não participe, de forma direta ou indireta, desde que aforadas há mais de doze meses.
- (E) sustar a execução do ato impugnado, somente após a autorização de um terço dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

34. Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais garantidos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que

- (A) a remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em 50% a do normal.
- (B) a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno.
- (C) a retenção dolosa do salário constitui crime.
- (D) o décimo terceiro salário deve ser calculado com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (E) é garantida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, bem como entre os profissionais respectivos.

35. O Conselho Nacional do Ministério Público

- (A) é integrado, além de outros membros, por dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pelo Congresso Nacional e outro pela Advocacia-Geral da União.
- (B) escolherá, em votação pública e aberta, um Corregedor nacional, dentre os membros que o integram, permitida a recondução.
- (C) compõe-se de onze membros, nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (D) é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) tem dentre outras competências, a de efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.



36. Em tema de processo legislativo é INCORRETO afirmar que:
- (A) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
 - (B) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (C) a deliberação do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias, nos dois turnos de votação, independerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
 - (D) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (E) o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
37. Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública NÃO é correto afirmar que o princípio:
- (A) da moralidade está ligado à idéia da probidade administrativa, do decoro e da boa-fé.
 - (B) da impessoalidade também é conhecido como princípio da finalidade.
 - (C) da publicidade apresenta dupla acepção: exigência de publicação dos atos administrativos em órgão oficial como requisito de eficácia e exigência de transparência da atuação administrativa.
 - (D) da impessoalidade tem por objetivo assegurar que os serviços públicos sejam prestados com adequação às necessidades da sociedade.
 - (E) da legalidade traduz a idéia de que a Administração Pública somente tem possibilidade de atuar quando exista lei que a determine ou que a autorize.
38. Poder hierárquico é
- (A) o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes.
 - (B) a faculdade de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
 - (C) a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade.
 - (D) o poder que as Corregedorias têm de investigar e aplicar penalidades em servidores pela prática de atos administrativos ilegais
 - (E) o poder de que dispõem os chefes de Executivo de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada em lei.
39. Sobre os órgãos e os agentes públicos é correto afirmar:
- (A) Os órgãos públicos são centros de competência, dotados de personalidade jurídica, instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.
 - (B) Os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes integrantes dos mesmos e são dotados de vontade e capazes de exercer direitos e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais.
 - (C) A distribuição de funções entre os vários órgãos da mesma Administração denomina-se descentralização.
 - (D) Os agentes públicos são pessoas físicas que executam função pública como prepostos do Estado, não integrando os órgãos públicos.
 - (E) Os agentes políticos, dada a sua importância, não se incluem entre os agentes públicos, não constituindo uma categoria destes.
40. Com referência aos serviços públicos é INCORRETA a afirmação:
- (A) Os serviços industriais são impróprios do Estado, por consubstanciarem atividade econômica que só pode ser explorada diretamente pelo Poder Público quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
 - (B) O Estado pode delegar a execução de serviço público por meio de concessão a empresas ou consórcios de empresas, os quais o executa por sua conta e risco.
 - (C) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - (D) Os serviços públicos são incumbência do Estado, que os presta sempre diretamente, podendo fazê-lo de forma centralizada ou por meio de entidades da Administração indireta.
 - (E) Os serviços públicos podem ser gerais ou individuais, sendo aqueles o que a Administração presta sem ter usuários determinados; e estes quando os usuários são determinados e a utilização é particular e mensurável para cada destinatário.
41. Sobre o controle da Administração Pública considere:
- I. Sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitam do poder regulamentar.
 - II. Anulação de um ato do Poder Executivo por decisão judicial.
 - III. A auditoria do Tribunal de Contas sobre despesas realizadas pelo Poder Executivo.
- As afirmações supra constituem, respectivamente, controle
- (A) popular; interno de legalidade e judicial.
 - (B) popular; prévio e externo.
 - (C) externo; externo e externo.
 - (D) externo; judicial e judicial.
 - (E) interno; prévio e externo.



<p>42. No exercício do poder de polícia,</p> <p>(A) a Administração pode ditar e executar medidas restritivas do direito individual em benefício do bem-estar da coletividade e da preservação do próprio estado.</p> <p>(B) os atos praticados pela Administração, por serem discricionários, não podem ser objeto de contestação no Poder Judiciário.</p> <p>(C) a Administração não pode demolir construção ilegal nem pode inutilizar gêneros alimentícios.</p> <p>(D) o ato praticado pelo agente da Administração não se sujeita às condições de validade dos demais atos administrativos.</p> <p>(E) quando se tratar de ação preventiva, a aplicação da sanção dispensa o devido processo e a ampla defesa do autuado.</p>	<p>46. A interpretação do contrato faz-se necessária quando existe divergência entre as partes sobre o efetivo sentido de uma cláusula. Neste caso, é certo que</p> <p>(A) toda vez que surgir conflito levado ao conhecimento do Poder Judiciário, o julgador deverá intervir e decidir a questão de acordo com o seu convencimento, ainda que as partes tenham chegado a uma composição em sentido contrário.</p> <p>(B) o sentido literal da linguagem é o que obrigatoriamente deve prevalecer em todos os casos de dúvida na interpretação do contrato.</p> <p>(C) havendo conflito de interesses somente em casos excepcionais o ajuste poderá ser determinado pelo juiz.</p> <p>(D) faz-se mister em primeiro lugar, verificar qual a intenção comum dos contratantes.</p> <p>(E) sendo o contrato um negócio jurídico, não pode ser interpretado conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.</p>
<p>43. A anulação e a revogação do ato administrativo sujeitam-se às seguintes regras:</p> <p>(A) A anulação do ato administrativo não pode ser decretada se o ato for vinculado.</p> <p>(B) A revogação do ato administrativo produz efeito <i>ex tunc</i>; a anulação efeito <i>ex nunc</i>.</p> <p>(C) Revogação é a supressão de um ato administrativo por ilegítimo e ilegal.</p> <p>(D) Todo e qualquer ato administrativo pode ser revogado.</p> <p>(E) Ato administrativo emanado do Poder Executivo pode ser anulado pela própria Administração, de ofício ou a requerimento do interessado, ou pelo Poder Judiciário, nesta última hipótese.</p>	<p>47. Sendo o ser humano sujeito de direitos e deveres, nos termos do disposto no art. 1º do Código Civil, pode-se afirmar que:</p> <p>(A) capacidade se confunde com legitimação.</p> <p>(B) todos possuem capacidade de fato.</p> <p>(C) capacidade é a medida da personalidade.</p> <p>(D) não existe mais de uma espécie de capacidade.</p> <p>(E) a capacidade de direito é sinônimo de capacidade limitada.</p>
<p>44. Para a apuração da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público,</p> <p>(A) será necessário sempre comprovar a autoria, a culpa, mesmo que confessada, assim como o nexo causal, por não se admitir presunção na hipótese.</p> <p>(B) exige-se tão somente a constatação da realidade do prejuízo causado independentemente de sua extensão.</p> <p>(C) a autoria uma vez confessada e comprovadamente reconhecida, não necessita ser apurada.</p> <p>(D) bastará apenas a constatação do nexo causal, ou seja, a relação de causa e efeito.</p> <p>(E) não depende da prova da culpa em nenhuma hipótese, por ser sempre presumida.</p>	<p>48. O pródigo</p> <p>(A) é portador de um desvio de personalidade.</p> <p>(B) padece de um estado de alienação mental.</p> <p>(C) poderá ser interditado para favorecer a seu cônjuge, ascendentes ou descendentes.</p> <p>(D) ficará privado de dar autorização para casamento dos filhos.</p> <p>(E) poderá praticar livremente alguns atos da vida civil que envolvam apenas pequenas questões patrimoniais.</p>
<p>45. Como a empreitada é contrato bilateral, consensual, cumutativo oneroso e não solene, pode-se afirmar que,</p> <p>(A) mesmo sendo cumutativo, os contratantes nem mesmo subjetivamente, creem na equivalência das prestações.</p> <p>(B) por ser oneroso, não envolve propósito especulativo.</p> <p>(C) não sendo solene pode ser ultimado por mero acordo verbal das partes.</p> <p>(D) sendo consensual, não é negócio que se aperfeiçoa pela mera junção dos consentimentos.</p> <p>(E) ainda que bilateral, não envolve prestação de ambas as partes podendo prescindir de tal providência.</p>	<p>49. Considerando o domicílio a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito, é correto afirmar que:</p> <p>(A) os ciganos, andarilhos e caixeiros viajantes, tem que ter obrigatoriamente uma residência habitual.</p> <p>(B) uma pessoa pode ter mais de um domicílio, mas não pode ter várias residências.</p> <p>(C) é impossível alguém ter domicílio sem ter residência.</p> <p>(D) a residência é um elemento do conceito de domicílio, o seu elemento objetivo.</p> <p>(E) o agente diplomático que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, não poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.</p>



<p>50. O fato jurídico é todo acontecimento da vida relevante para o direito, mesmo que ilícito, podendo-se afirmar que:</p> <p>(A) os fatos humanos por si só, ou atos jurídicos em sentido amplo, não criam nem modificam direitos.</p> <p>(B) fatos humanos e fatos naturais significam a mesma coisa, ainda que decorram uns da atividade humana e outros da natureza.</p> <p>(C) os fatos naturais não se confundem, por exemplo, com o nascimento, a morte e a maioridade.</p> <p>(D) os fatos extraordinários não guardam relação com tempestades, terremotos e raios, por exemplo.</p> <p>(E) os fatos extraordinários não se enquadram na categoria dos fortuitos ou de força maior.</p>	<p>55. A respeito dos recursos, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) é cabível a interposição de embargos de divergência no recurso de apelação.</p> <p>(B) a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da parte contrária.</p> <p>(C) a interposição do recurso extraordinário ou do recurso especial impede a execução provisória da sentença.</p> <p>(D) o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer nos processos em que oficiou com fiscal da lei.</p> <p>(E) é admissível a interposição de recurso adesivo no agravo retido ou de instrumento.</p>
<p>51. No cumprimento de mandado o Oficial de Justiça encontrou os seguintes bens passíveis de penhora:</p> <p>I. Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado.</p> <p>II. Diversas jóias de ouro.</p> <p>III. Títulos da dívida pública da União, com cotação em mercado.</p> <p>IV. Um avião bimotor.</p> <p>V. Um apartamento para veraneio.</p> <p>A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:</p> <p>(A) V, IV, II, III e I.</p> <p>(B) III, II, V, I e IV.</p> <p>(C) IV, V, I, III e II.</p> <p>(D) II, III, I, IV e V.</p> <p>(E) I, III, II, V e IV.</p>	<p>56. A respeito da impenhorabilidade do bem de família, considere:</p> <p>I. A impenhorabilidade é oponível em processo movido para execução de hipoteca sobre imóvel oferecido como garantia real pelo casal.</p> <p>II. Quando a residência familiar constituir-se em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede da moradia, com os respectivos bens móveis.</p> <p>III. Pode beneficiar-se da impenhorabilidade aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso e para ele transfere a residência familiar, não se desfazendo da moradia antiga.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>52. A respeito das partes e procuradores, é correto afirmar que o juiz dará curador especial</p> <p>(A) ao espólio.</p> <p>(B) à massa falida.</p> <p>(C) ao réu preso.</p> <p>(D) às sociedades sem personalidade jurídica.</p> <p>(E) à pessoa jurídica estrangeira.</p>	<p>57. O juiz</p> <p>(A) pode conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.</p> <p>(B) não poderá determinar de ofício a produção de provas necessárias à instrução do processo.</p> <p>(C) apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes.</p> <p>(D) não poderá indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias, se formuladas dentro do prazo legal.</p> <p>(E) pode deixar de sentenciar ou despachar, alegando lacuna ou obscuridade da lei.</p>
<p>53. Quando ocorrer a revelia, o juiz</p> <p>(A) dará vista dos autos, em qualquer caso, ao Ministério Público.</p> <p>(B) declarará extinto o processo, sem resolução do mérito.</p> <p>(C) suspenderá o processo até que o réu seja citado.</p> <p>(D) designará necessariamente audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(E) conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença.</p>	<p>58. O artigo 18, I, do Código Penal Brasileiro indica duas espécies de dolo, ou seja, dolo</p> <p>(A) de dano e de perigo.</p> <p>(B) determinado e genérico.</p> <p>(C) genérico e específico.</p> <p>(D) normativo e indeterminado.</p> <p>(E) direto e indireto.</p>
<p>54. Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la de ofício</p> <p>(A) para retificar erros de cálculo.</p> <p>(B) quando houver obscuridade.</p> <p>(C) quando houver contradição.</p> <p>(D) quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se.</p> <p>(E) quando se arrepender da solução dada ao caso.</p>	<p>59. O erro de proibição quando escusável exclui a</p> <p>(A) imputabilidade.</p> <p>(B) culpabilidade.</p> <p>(C) punibilidade.</p> <p>(D) antijuridicidade.</p> <p>(E) conduta.</p>



<p>60. São causas que excluem o crime e a culpabilidade, respectivamente:</p> <p>(A) omissão da lei e arrependimento eficaz.</p> <p>(B) estado de necessidade e legítima defesa.</p> <p>(C) desconhecimento da lei e exercício regular de direito.</p> <p>(D) erro de proibição inevitável e erro de tipo.</p> <p>(E) legítima defesa e inimizabilidade.</p>	<p>65. A decisão que admite a habilitação na ação penal pública incondicionada de assistente da acusação é</p> <p>(A) irrecorrível.</p> <p>(B) atacada por apelação.</p> <p>(C) atacada por recurso especial.</p> <p>(D) atacada por agravo em execução.</p> <p>(E) atacada por carta testemunhável.</p>
<p>61. Para a configuração do crime culposo, além da tipicidade, torna-se necessária a prática de conduta com</p> <p>(A) inobservância do dever de cuidado que causa um resultado cujo risco foi assumido pelo agente.</p> <p>(B) observância do dever de cuidado que causa um resultado desejado, mas previsível.</p> <p>(C) inobservância do dever de cuidado que causa um resultado desejado, mas previsível.</p> <p>(D) inobservância do dever de cuidado que causa um resultado não desejado e imprevisível.</p> <p>(E) observância do dever de cuidado e vontade consciente.</p>	<p>66. O recurso de embargos infringentes é cabível quando</p> <p>(A) a decisão de segunda instância, não unânime, for desfavorável ao Ministério Público.</p> <p>(B) for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu.</p> <p>(C) não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu.</p> <p>(D) a decisão de segunda instância, acolhendo recurso da defesa, absolver o réu.</p> <p>(E) a decisão de segunda instância, por unanimidade, der provimento ao recurso ministerial para condenar o réu, que fora absolvido em primeira instância.</p>
<p>62. No crime contra as finanças públicas, havendo concurso de pessoas, o não funcionário público, participe, pode ser enquadrado como co-autor desde que</p> <p>(A) haja o dolo genérico.</p> <p>(B) seja conhecedor da qualidade de Funcionário Público do autor.</p> <p>(C) seja evidenciada sua vontade livre e consciente.</p> <p>(D) obtenha alguma vantagem.</p> <p>(E) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal não forem comunicadas.</p>	<p>67. O princípio da fungibilidade autoriza o juízo a:</p> <p>(A) rejeitar o recurso por ilegitimidade de parte.</p> <p>(B) rejeitar o recurso por intempestividade.</p> <p>(C) determinar a remessa do processo ao Tribunal de Justiça, único órgão jurisdicional competente para decidir sobre a fungibilidade recursal.</p> <p>(D) receber o recurso equivocadamente interposto como se fosse o adequado.</p> <p>(E) rejeitar o recurso por falta de interesse em recorrer.</p>
<p>63. Em se tratando de um trabalhador de uma instituição portuária, no peculato furto ou impróprio pode ser considerado sujeito ativo</p> <p>(A) o agente que, no exercício do dever funcional de repressão aos crimes, se apropria de mercadorias ou bens como seus fossem.</p> <p>(B) todo e qualquer trabalhador que esteja na operação de embarque e desembarque.</p> <p>(C) o funcionário da empresa que presta serviços nas Docas e ou Aduanas.</p> <p>(D) o despachante Aduaneiro e seus Auxiliares.</p> <p>(E) os trabalhadores da Estiva, Arrumador de Carga e Descarga e Anotador.</p>	<p>68. A renúncia ao direito de queixa deverá ser manifestada até:</p> <p>(A) a coleta da prova testemunhal, nos autos da ação penal privada.</p> <p>(B) o interrogatório do querelado, nos autos da ação penal privada.</p> <p>(C) a instauração da ação penal privada.</p> <p>(D) a prolação da sentença.</p> <p>(E) o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p>
<p>64. A ação penal pública incondicionada, excetuados os delitos de pequeno potencial ofensivo, é regida, entre outros, pelos princípios da</p> <p>(A) disponibilidade, indivisibilidade e oficialidade.</p> <p>(B) obrigatoriedade, oficialidade e oportunidade.</p> <p>(C) legalidade, oportunidade e intranscendência.</p> <p>(D) obrigatoriedade, conveniência e intranscendência.</p> <p>(E) legalidade, indisponibilidade e intranscendência.</p>	<p>69. A decisão que deixa de receber a denúncia, ofertada por crime de roubo, pode ser atacada por</p> <p>(A) carta testemunhável.</p> <p>(B) apelação.</p> <p>(C) agravo em execução.</p> <p>(D) recurso em sentido estrito.</p> <p>(E) recurso extraordinário.</p> <p>70. O recurso de apelação deve ser interposto:</p> <p>(A) somente por petição.</p> <p>(B) por petição ou por termo nos autos.</p> <p>(C) por termo nos autos ou por agravo regimental.</p> <p>(D) mediante requerimento dirigido ao Ministério Público.</p> <p>(E) quando do oferecimento da defesa preliminar.</p>